

A AUTO-AVALIAÇÃO INSTITUCIONAL COMO ESTRATÉGIA DE GESTÃO DA ESCOLA DE EDUCAÇÃO BÁSICA

Mestranda Márcia Andréia Grochoska – PUCPR – e-mail:

margrochoska@yahoo.com.br

Dra. Ana Maria Eyng – PUCPR – e-mail: ana.eyng@pucpr.br

Resumo:

O presente texto apresenta a reflexão sobre a importância da auto-avaliação institucional como estratégia de gestão para as escolas de educação básica, resultante de um trabalho de pesquisa de dissertação de mestrado em andamento. Refletir sobre a auto-avaliação institucional na educação básica, requer a análise sobre avaliação institucional, o projeto político pedagógico e a gestão escolar. No contexto atual, repleto de mudanças, é necessário que as escolas mantenham-se em contínua transformação. É preciso que estejam frequentemente revendo suas ações educativas em busca da qualidade educacional. No ensino superior, a avaliação institucional já tem destaque, porém, é na escola de educação básica que este aspecto precisa estar sendo discutido, pois se as falhas acontecem no início da escolarização, as consequências acontecerão na educação superior, com o ingresso destes alunos na universidade. O trabalho de pesquisa em andamento tem como objetivo geral: **Analisar** as possibilidades da auto-avaliação institucional para a melhoria da gestão da educação básica, com base no processo vivido. A metodologia de pesquisa orienta-se pela abordagem qualitativa e o procedimento de coleta de dados caracteriza-se pela pesquisa-ação. O universo a ser pesquisado é uma escola de educação básica, localizada na região metropolitana de Curitiba. Os instrumentos e procedimentos de pesquisa serão selecionados e aplicados de acordo com o desenvolvimento do processo de investigação, envolvendo professores, funcionários, representantes de pais de alunos e alunos. A fundamentação teórica da pesquisa organiza-se em três capítulos, estabelecendo a importância da **gestão escolar**, numa perspectiva democrática e participativa; o **projeto político pedagógico** enquanto estratégia desta gestão, e a **avaliação institucional**, numa perspectiva de diagnóstico da realidade para a tomada de decisão e redimensionamento das ações educativas. A interdependência entre estes três aspectos, avaliação institucional e o projeto político pedagógico enquanto estratégias de gestão escolar, complementam-se enquanto práticas para a melhoria da qualidade institucional.

Palavras-chave:

Avaliação Institucional, Auto-Avaliação Institucional, Projeto Político Pedagógico, Gestão escolar.

A AUTO-AVALIAÇÃO INSTITUCIONAL COMO ESTRATÉGIA DE GESTÃO DA ESCOLA DE EDUCAÇÃO BÁSICA

O presente texto apresenta a reflexão sobre a importância da auto-avaliação institucional para as escolas de educação básica, como estratégia para a tomada de decisão, resultante de um trabalho de pesquisa de dissertação de mestrado em andamento.

Para tanto, faz-se necessário à análise sobre a construção do Projeto Político Pedagógico, gestão escolar democrática e os programas de avaliação institucional, inseridos numa perspectiva de busca de melhoria educacional.

Num contexto em transformação, imaginar hoje uma escola estática, que não sofre alterações, é pensar numa escola que não cumpre o seu papel social, tornando-se um ambiente que perde a efetividade frente às necessidades que emergem a cada dia.

A escola tem um papel social de fundamental importância, podendo tornar-se um lugar de vivências de prazer, de cultura e de ciência, onde a ética e a justiça norteiam as ações, tornando-se um dos instrumentos de superação da dominação social, econômica e cultural. (FERNANDES, 2002, P.114).

Sobre esta perspectiva é importante estar revendo e redirecionando freqüentemente as práticas escolares, sendo assim, a avaliação institucional torna-se indiscutivelmente relevante e necessária para o redimensionamento das ações educativas, constituindo-se numa importante ferramenta de gestão nas instituições de ensino.

Dias Sobrinho (2003, p. 181) propõe que “a avaliação deve sem dúvida produzir conhecimentos objetivos e constatações acerca de uma realidade”, neste aspecto, a avaliação institucional torna-se importante instrumento para a melhoria do processo educacional, visto que os dados desvelam características dos aspectos avaliados, possibilitando um diagnóstico sobre a instituição de ensino e servindo como base para a tomada de decisões. Tal posicionamento é referendado por Stufflebeam que define a avaliação como “o processo de delinear, obter e subministrar informação válida para permitir a tomada de decisões”. (DIAS SOBRINHO, 2003, p. 47)

A relevância da avaliação institucional para a melhoria da qualidade da educação, é assunto de discussões e estudos e, tal importância e prática são destacadas na Educação Superior com a atual proposta do Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior, o SINAES. Da mesma forma como a política pública determina na lei nº 10.861, de 14 de abril de 2004, a avaliação da educação superior, é necessário estar repensando uma proposta de avaliação para a educação básica.

No que se refere à educação básica tem-se como proposta de avaliação nesta modalidade o Sistema de Avaliação da Educação Básica, o SAEB, mas percebe-se que o foco dado a este tipo de sistema de avaliação não abrange a totalidade da ação educacional, não retratando todo o contexto e aspectos da instituição, visto que a abordagem avaliativa direciona-se mais para o aspecto da aprendizagem/resultado.

São objetivos principais do SAEB:

- Oferecer subsídios à formulação, reformulação e monitoramento de políticas públicas e programas de intervenção ajustados às necessidades diagnosticadas;
 - Identificar os problemas e as diferenças regionais do ensino;
 - Produzir informações sobre os fatores do contexto socioeconômico, cultural e escolar que indicam desempenho dos alunos;
 - Propiciar aos agentes educacionais e à sociedade uma visão clara dos resultados dos processos de ensino e aprendizagem e das condições em que são desenvolvidos;
 - Desenvolver competência técnica e científica na área de avaliação educacional, ativando o interligamento entre instituições educacionais de ensino e pesquisa.
- (<http://www.inep.gov.br/basica/saeb/objetivos.htm> - 21/05/05.)

Os objetivos que o SAEB propõe são de grande importância para as instituições escolares, no entanto, os encaminhamentos das ações não permitem o êxito do que é proposto.

É na educação básica que o maior desafio se encontra, pois a Universidade é a conseqüência das modalidades de ensino anteriores, se a falha acontece no início da escolarização, o reflexo será sentido no ingresso destes alunos na graduação. É necessário que estas escolas aprendam a auto-avaliar-se, para que reconheçam e construam sua própria identidade e autonomia, podendo assim planejar, tomar decisões e estruturar seu projeto político pedagógico, decidindo e conscientizando-se de seus objetivos, princípios e missões em prol da melhora educacional.

Para tanto, considerando as colocações aqui apresentadas, o problema a ser analisado neste trabalho de pesquisa em andamento é: **Quais as contribuições que a auto-avaliação institucional pode apresentar para a gestão da escola da educação básica?** A pesquisa tem como objetivo geral: **Analisar as possibilidades da auto-avaliação institucional para a melhoria da gestão da educação básica, com base no processo vivido.** E como objetivos específicos: **Examinar** as proposta de avaliação institucional presentes nas políticas da educação Nacional/Estadual/Municipal para a educação básica. **Descrever** o desenvolvimento de uma proposta de auto-avaliação institucional na educação básica. **Identificar** as contribuições da auto-avaliação para o ambiente escolar.

A pesquisa se orienta pela abordagem qualitativa, tendo como modalidade de estudo a pesquisa-ação. Neste aspecto é importante entender que a pesquisa qualitativa é um exercício em busca da compreensão dos aspectos sociais e suas interdependências, de experiências dos sujeitos envolvidos no contexto (BOGMAN, 1994) e os instrumentos e procedimentos de pesquisa serão selecionados e aplicados de acordo com o processo de investigação. Terá como universo investigado uma escola de educação básica, da região metropolitana de Curitiba, envolvendo todos os agentes escolares, comunidade, funcionários, professores e alunos.

Os aspectos que fundamentam o referencial teórico da pesquisa são: a Gestão Escolar, o Projeto Político pedagógico e a avaliação institucional. A interdependência entre esses aspectos, justifica a importância da avaliação enquanto estratégia de melhora da qualidade educacional.

Neste contexto a gestão escolar ganha grande importância na condução da instituição escolar. Para a compreensão sobre a gestão democrática, torna-se necessário a reflexão sobre escola enquanto um ambiente complexo em Morin (2000 e 2001) e Petraglia (1995), aspectos de gestão e suas definições em Paro (2002), Libâneo (2001) e gestão e planejamento em Colombo (2004), Fernandes (2002).

A gestão democrática e participativa é aspecto que deve ser trabalhado nas escolas, afim de que todos os agentes se tornem responsáveis pelo bom andamento da mesma, sempre buscando a melhoria da educação e preservando sua identidade e autonomia. A própria LDB, no art. 14, propõe que:

Os sistemas de ensino definirão as normas da gestão democrática do ensino público na educação básica, de acordo com as suas peculiaridades e conforme os seguintes princípios:

I - participação dos profissionais da educação na elaboração do projeto político pedagógico da escola;

II – participação das comunidades escolar e local em conselhos escolares equivalentes. (BRZEZINSKI, 2003, p.250)

A gestão escolar democrática e participativa deve direcionar seus princípios na efetividade de seu projeto político pedagógico, que deve constantemente estar sendo avaliado e redirecionado.

O projeto político pedagógico se caracteriza como a estratégia que define o encaminhamento da escola. Deve ser organizado de forma coletiva e participativa para tanto é necessário refletir sobre Veiga (2003); Libâneo (2004); Eynng (2004) ; Brzezinski (2003); Vasconcellos (2000); Lacerda (2000); Santiago (2002). Lei De Diretrizes e Bases (1996).

Assegurar a autonomia e a identidade da escola só é possível com a participação de todos e, refletir sobre o projeto político pedagógico é o primeiro passo para que se inicie um processo de transformação na educação.

O projeto pedagógico deve ser compreendido como instrumento e processo de organização da escola. Considera o que já instituído (legislação, currículos, conteúdos, métodos, formas organizativas da escola etc), mas tem também uma característica de instituinte. A característica de instituinte significa que o projeto institui, estabelece, cria objetivos, procedimentos, instrumentos, modos de agir, estruturas, hábitos, valores, ou seja, institui uma cultura organizacional. Nesse sentido ele sintetiza os interesses, os desejos, as propostas dos educadores que trabalham na escola. (LIBANEO, 2004, p.52)

Veiga (2003, p.13) afirma que “ao nos referirmos ao projeto político pedagógico fica claro que construí-lo, executá-lo e avaliá-lo é tarefa da escola”. Partindo deste pressuposto fica claro como a auto-avaliação torna-se instrumento determinante de melhoria, tendo quase que obrigatoriamente estar contemplado no projeto político pedagógico, não apenas no sentido de auto-avaliação do mesmo, mas também, a propiciar a auto-avaliação da escola diante seus aspectos gerais e complexos.

A atualização do projeto político pedagógico requer a avaliação institucional, somente assim a escola poderá estar acompanhando a rapidez das transformações que ocorrem diariamente, ou seja, a avaliação acaba tornando-se o “ponto de partida e ponto de chegada” (VEIGA. 2003, p.28) para a reorganização do mesmo.

Para tanto, é necessário refletir sobre avaliação educacional em Vianna (1989), contexto histórico da Avaliação em Dias Sobrinho (2003), as finalidades da avaliação institucional em Dias Sobrinho (2003), Costa (1997) e Balzan e Dias Sobrinho (1995), Avaliação da Educação Superior (LEI nº 10864/2004), Silva (2004); a avaliação da Educação Básica em Bonamino (2004);

A avaliação institucional deve ser compreendida como uma construção coletiva, onde todos os agentes da instituição participam da sua elaboração, aplicação e diagnóstico deve estar centrada nos fins, objetivos e princípios da instituição atendendo sua globalidade e totalidade, pois apenas assim ela será caracterizada como estratégia para a busca da qualidade escolar.

É importante destacar que na Educação Superior a avaliação institucional já é normatizada pela lei 10.861/2004. O SINAES tem por finalidade:

A melhoria da qualidade da educação superior, a orientação da expansão da sua oferta, o aumento permanente da sua eficácia institucional e efetividade acadêmica e social , e especialmente a promoção do aprofundamento dos compromissos e responsabilidades sociais das instituições de educação superior , por meio da valorização de sua missão pública, da promoção dos valores democráticos, do respeito à diferença e à diversidade, da afirmação da autonomia e da identidade institucional.

A avaliação institucional da educação superior tem por objetivo a melhoria da qualidade da instituição. Todos os dados e informações obtidos servirão para nortear as ações e decisões da instituição, baseados na auto-avaliação e avaliação externa.

Silva (2001, p. 56) indica que “a auto-avaliação é realizada por pessoas envolvidas diretamente na execução do programa”, assim torna-se um mecanismo de conhecimento da instituição na sua totalidade, pois terá como agentes os reais participantes do ambiente escolar servindo de apoio para a adaptação e melhorias da instituição por meio do projeto político pedagógico.

Implantar a avaliação institucional não é tarefa fácil e não depende apenas da instituição, mas as escolas podem começar implantando em seus projetos políticos pedagógicos a auto-avaliação institucional, organizada e desenvolvida pelos próprios agentes do ambiente escolar.

Contemplar a auto-avaliação no projeto da escola, é decisão que deve partir do coletivo, do instituinte da instituição, com o objetivo de se tornar um instituído benéfico, tornando-se parte da cultura organizacional do espaço escolar, no sentido amplo de diagnosticar e auxiliar a tomada de decisão.

O Sistema Nacional da Avaliação da Educação Superior, Lei nº 10.861, de 14 de abril de 2004, pode servir de parâmetro para a implementação desta proposta nas escolas. A mesma propõe que a avaliação interna, deverá ser coordenada por uma comissão própria de Avaliação denominada (CPA), composta e organizada pelos próprios participantes da instituição de ensino. Aspecto que preserva a identidade e autonomia da instituição, reforçando as potencialidades da escola e indicando com mais efetividade os pontos a ser melhorados.

A auto-avaliação deverá envolver todos os aspectos da instituição, diagnosticando todos os itens necessários, que servirão de orientação para a tomada de decisão, de maneira a reforçar a identidade e preservar a autonomia institucional.

É preciso compreender que a auto-avaliação institucional é o caminho para a reestruturação do projeto político pedagógico e, ao mesmo tempo, esta mesma auto-avaliação deve constituir-se de uma ação do projeto, acontecendo de forma interligada e complementar, um dependente do outro, um existindo por meio do outro.

Assim, pode-se destacar que as contribuições da auto-avaliação institucional constituem-se na preservação da identidade escolar, o aumento da autonomia e responsabilidade de todos com o contexto educacional, o conhecimento das potencialidades e deficiências da instituição, características que permitem a objetividade frente à tomada de decisão, o desenvolvimento de uma cultura de antecipação (EYNG, 2004), o contínuo aperfeiçoamento do projeto político pedagógico e a constante adaptação da instituição frente o novo paradigma mundial.

Frente todas as contribuições que auto-avaliação institucional propõem para a escola de educação básica, Fernandes (2002,p.140) ainda afirma que:

A escola que passa por um processo avaliativo sério e participativo descobre sua identidade e acompanha sua dinâmica. Muita coisa aprende-se com esse processo. Mas o que fica de mais importante é a vivência de uma caminhada reflexiva, democrática e formativa. Todos crescem. Os dados coletados mudam, mas a vivência marca a vida das pessoas e renova esperanças e compromisso com um trabalho qualitativo e satisfatório para a comunidade escolar e para a sociedade. Avaliação Institucional é, portanto, um processo complexo e não há, pronto para consumo, um modelo ideal e único para as escolas. Ela precisa ser construída. É o desafio de uma longa caminhada possível e necessária.

A avaliação institucional é o caminho para as mudanças tornando-se hoje, o maior e mais necessário desafio para as escolas. É preciso que a população escolar se conscientize da importância deste assunto e perceba que avaliar não é apenas medir e comparar resultados, ou seja, que avaliar na realidade vai além, tornando-se a única estratégia real que possibilita a real qualidade, melhoria e transformação do espaço educacional.

Referências

- BOGMAN, Roberto C. *Investigação qualitativa em educação*. Portugal. Porto Ed.1994.
- BONAMINO. A. *A avaliação da Educação Básica: pesquisa e gestão*. São Paulo. Edições Loyola, 2004.
- BRASIL. *Lei de diretrizes e bases*. Nº 9394/96. Brasília. MEC, 1996.
- BRASIL. *SINAES*. Lei 10864. Brasília. MEC, 1996.
- BRZEZINSKI, I. *LDB interpretada: diversos olhares se entrecruza*. São Paulo. Cortez, 2003.
- COLOMBO. S. S. *Gestão Educacional: Uma nova visão*. Porto Alegre. Artemed, 2004.
- DIAS SOBRINHO. J. e BALZAN, C.N. *Avaliação Institucional: teoria e experiências*. São Paulo, Cortez, 1995.
- DIAS SOBRINHO. J. *Avaliação: Políticas Educacionais e Reformas da Educação Superior*. São Paulo, Cortez, 2003.
- EYNG, A. M. *Avaliação e identidade institucional : construindo uma cultura de antecipação*, Revista diálogo educacional, n.11-PUCPR. Curitiba: Champagnat, 2004^a.
- FERNANDES, M^a E. A. *Gestão da escola: desafios a enfrentar*. Rio de Janeiro. DP& A Editora, 2002.
- LACERDA, C.R. *Projeto Político Pedagógico: construção, pesquisa e avaliação*. Fortaleza. Gráfica Ler, 2000.
- LIBANEO, J.C. *Organização e gestão na escola*. Goiânia: alternativa, 2004.
- MORIN.E. *A cabeça bem feita*. Rio de Janeiro. Bertrand. Brasil, 2000.
- MORIN, E. *Os sete saberes necessários a educação do futuro*. São Paulo. Ed. Cortez, 2001.
- PETRAGLIA.I.C. Edgar Morin. *A educação e a complexidade do ser e saber*. Petrópolis. Vozes, 1995.
- PARO, V.H. *Administração escolar*. São Paulo. Cortez, 2002.
- SANTIAGO J. *Projeto político pedagógico da escola: uma construção possível*. Campinas. Papirus, 2002.

SILVA. M.O . (org.). *Avaliação de políticas e programas sociais: teoria e prática*. São Paulo: Veras, 2001.

VASCONCELLOS.C.S. Planejamento: projeto de ensino aprendizagem e projeto político pedagógico. São Paulo. Libertad, 2000.

VEIGA. I.P.A . Perspectivas para a reflexão em torno do Projeto Político-pedagógico. In. Resende. L.M . G. *Escola: Espaço do Projeto Político-Pedagógico*. Campinas: Papyrus,2003.